

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 4 | Nº 10 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4023269>



REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA NA GESTÃO EDUCACIONAL

Antonio Edson Alves da Silva¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir como se constitui o Projeto Político Pedagógico – PPP e sua importância como instrumento para efetivação da gestão democrática no ambiente educacional. Para tanto, toma-se como referencial teórico Vasconcellos (2002) e Gadotti (2001; 2004), autores que visam contribuir com a temática: planejamento e projeto político pedagógica numa perspectiva democrática. Assim, busca-se encontrar com a reflexão teórica as dificuldades mais elucidadas pelos educadores na construção do PPP e os papéis devem ser assumidos pela gestão para garantir a democracia e a participação integral de todos os envolvidos.

Palavras chave: Educação; Gestão Educacional; Projeto Político-Pedagógico.

Abstract

The present work aims to analyze and discuss how the Pedagogical Political Project - PPP is constituted and its importance as an instrument for effecting democratic management in the educational environment. Therefore, Vasconcellos (2002) and Gadotti (2001; 2004) are taken as theoretical references, authors who aim to contribute with the theme: planning and pedagogical political project in a democratic perspective. Thus, it seeks to find with theoretical reflection the difficulties most elucidated by educators in the construction of the PPP and the roles must be assumed by management to guarantee democracy and the full participation of all those involved.

Keywords: Education; Educational Management; Political-Pedagogical Project.

INTRODUÇÃO

A efetivação dos processos de ensino e aprendizagem ao longo da história educacional mundial tem sido ponto chave de discussão nas mais diversas esferas políticas, sociais e representativas dos e pelos profissionais da educação. Isto, pois compreende-se que há necessidade emergente e constante de discussões e diálogos entre os pares que atuam na Educação Básica no que diz respeito à perspectiva do aperfeiçoamento da prática docente e da mudança social para a melhoria da aprendizagem. Ou seja, requer, exige dos atores sociais que ali se inscrevem, ações protagonistas, portanto, ter voz e vez diante dos processos de construção e decisão do coletivo diante do Projeto Político Pedagógico – PPP.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é um importante instrumento educacional, construído de maneira coletiva por todos os membros que compõem o corpo de profissionais da educação das unidades de ensino em todo país. E tem como propósito institucional a garantia dos

¹ Licenciado em Letras e especialista em Gestão Escolar. Mestre e doutorando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email para contato: edson.crat@gmail.com



direitos fundamentais relativos ao acesso e permanência escolar, ou seja, a oferta de um ensino de qualidade para todos.

De igual modo, compreende-se que o PPP propicia a organização e a participação da comunidade escolar no cotidiano formativo dos mais variados grupos. Por meio de sua construção se busca, de forma democrática, a discussão dos problemas, anseios da escola e suas possíveis pautas para enfrentamento e garantia de direitos.

O PPP é indispensável para que cada unidade escolar levante suas dificuldades e potencialidades, discuta seus problemas e procure soluções dentro de sua realidade. Nas palavras de Vasconcellos (2002), o Projeto Político Pedagógico “é o processo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”.

A participação efetiva e representativa da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação do PPP é determinada pela lei (qual seria ela?) que define o modelo de gestão democrática para as escolas públicas de educação básica. Contudo, a gestão democrática do PPP, embora já tenha sido incorporada teoricamente por grande parte dos profissionais da educação, ainda não se constitui a *práxis*. Por que isso ocorre após discussão e implementação de políticas há mais de duas décadas na Educação Básica?

Portanto, busca-se, com este trabalho, analisar e discutir como se constitui o Projeto Político Pedagógico e qual a sua importância como instrumento para efetivação da gestão democrática dentro do ambiente educacional. O texto está assim constituído: pode trazer aqui brevemente o que será discutido nas seções a seguir, para melhor situar o leitor.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico, implantado nas unidades educacionais, é um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, construído e reconstruído por aqueles que desejam efetivamente mudanças e por aqueles que desses processos democráticos, participam. Delibera a identidade, os objetivos, as formas de implementações e de avaliações da escola, levando em consideração sua história, realidade social, público-alvo, clientela, dentre outros. A atitude de elaborar o PPP requer um processo de discussão e reflexão da função social e política da unidade de ensino, que envolve princípios de caráter administrativo, comunitário e de gestão de resultados, devendo-se levar em consideração o percurso histórico de cada unidade educacional para reflexão e redirecionamento de rotas.

Nesse sentido, ao efetivar a construção de qualquer projeto, deve-se planejar a intencionalidade das ações pretendidas, ou seja, quais objetivos pretende-se alcançar com tais ações. Assim, também é



realizado na escola, para que se possa dar passos adiante, mantendo o foco no possível e viável de ser realizado, nunca de forma enrijecida.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola deve ser preparado partindo do concreto, real e necessário, não correndo o risco de ser planejado com base em um sonho utópico que jamais poderá ser alcançado e se for não terá utilidade prática para melhoria dessa. Deve ser flexível e permitir adequações, sua elaboração deve permitir a participação de todos os atores sociais da escola, não podendo se desviar dos princípios pedagógicos, uma vez que o maior objetivo do PPP é melhorar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

A esse respeito, Gadotti (1994 *apud* VEIGA, 2011, p. 12) diz que:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Assim, compreende-se que o Projeto Político Pedagógico se preocupa em sugerir uma configuração de organizar o trabalho escolar visando uma superação das dificuldades, além de buscar desconstruir/romper com as relações de competitividade, corporativismo e autoritarismo, com o intuito de acabar com a rotina defasada da instituição. Como se constitui essa rotina, como ela ocorre no dia a dia do chão da escola?

O maior desafio educacional das unidades estudantis é educar, no entanto, sabemos que ela é um dos fatores responsáveis pela transformação e evolução da sociedade. Portanto, um dos objetivos preconizados no PPP direciona-se para a necessidade de oferecer sua contribuição significativa para as mudanças históricas e sociais.

Sabe-se que ela ajuda os estudantes a estarem mais atentos para perceberem e defenderem seus direitos sociais conquistados ao longo dos anos, a duras penas, como também lhes proporcionando uma maior visão diante do que lhes compete desenvolver na sociedade em que estão inseridos.

Pensando na perspectiva de Gadotti (2001, p. 40 – nas referências consta 1994), enfatiza-se que: “todos não terão acesso à educação enquanto todos – trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil – não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação”.

Ademais, o PPP está relacionado com a gestão do trabalho pedagógico em pelo menos dois momentos decisivos, como na organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imitado, procurando observar a visão da totalidade. Outrossim, entende-se que o PPP é dividido em três dimensões fundamentais, a saber: a dimensão



pedagógica que aborda a visão, valores e missão da escola, os subprojetos, o currículo, a avaliação do processo ensino aprendizagem, suporte ao corpo docente, entre outros; a dimensão comunitária que aborda a participação de toda a comunidade escolar no processo educativo da escola e; a dimensão administrativa que aborda as questões relacionadas a parte financeira, dos funcionários, dos horários, enfim, a parte mais burocrática da escola.

Com cada uma dessas dimensões bem definidas e bem trabalhadas o PPP torna-se abrangente a todos os setores da escola, considerando sempre que o foco principal da Unidade Escolar é o desenvolvimento pleno cognitivo, social, cultural, emocional (talvez aqui, seja possível, articular com algumas das competências da BNCC (BRASIL, 2017) do aluno. Assim, para facilitar a construção das dimensões do PPP, elucidaremos as partes que as compõem, ressaltando que tais partes não são engessadas, isto é, não há uma obrigatoriedade em ser da forma A ou B.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é único e deve atender as especificidades da escola. Assim, as partes que abordaremos no presente estudo é apenas um modelo básico que poderá ser adaptado a cada realidade escolar de acordo com suas necessidades.

Em sintonia com essa reflexão, entende-se que o PPP está ancorado sob a égide de três dimensões fundamentais para a efetivação ampla dos objetivos da organização educacional. O primeiro diz respeito ao entendimento do papel social escolar e qual visão esta unidade educacional pretende seguir; o segundo evidencia os valores desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem; e por último, o terceiro diz respeito a missão da escola, ou seja, educar. O PPP tem se formado como um dos instrumentais mais rotineiros do cotidiano escolar, mesmo que muitas vezes sendo vislumbrado de forma errônea, pois todos os envolvidos no processo educacional devem participar da construção diária do Projeto Pedagógico, sendo esse responsável por dar uma identidade a unidade educacional, visando elaborá-lo com intenção de buscar mudança, inovação, novidade, e será inútil pensar em mudança na educação se não estivermos focados no principal motivo de tais mudanças que é uma educação pública de qualidade. Rever o parágrafo, está muito longo. As ideias se dispersam.

Partindo do pressuposto da gestão democrática inerente ao PPP, observamos a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) que em seu artigo 206, ressalta:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei por planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.



Sobre o inciso I da Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988), é indispensável que a escola promova ações para fortalecer as práticas docentes diversificadas, na tentativa de garantir condições igualitárias de acesso, bem como de permanência escolar, evitando a evasão que, mesmo diante de tantos avanços na seara educacional, ainda é uma das principais consequências da falta de efetivação de condições para permanência. Aqui poderia fazer uma articulação com as políticas educacionais vigentes que promoveram que mais estudantes tivessem acesso à Educação Básica (BRASIL, 2008; 2015).

Nessa continuidade, o item II do artigo 206 da CF (BRASIL, 1988) atenta para a liberdade de ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, entendendo as consequências desastrosas dos anos anteriores (época da Ditadura Militar) em que a censura era a palavra de ordem e o pensamento crítico não podia ser disseminado.

Por fim, o inciso VI da CF (BRASIL, 1988) é claro no que diz respeito a participação efetiva e democrática de todos os membros que compõem a equipe educacional, ressaltando que desde o seio familiar já podemos observar como sendo também um importante ambiente educacional que deve estar em sintonia com a educação acadêmica institucionalizada na escola.

Em consonância com a legislação maior de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB n. 9.394 (BRASIL, 1996) orienta em seu artigo 3º:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Percebe-se então, que a legislação educacional, na contemporaneidade, estabelece o exercício de práticas educativas participativas sob a forma de gestão democrática². Assim, compreende-se que a participação nessa modalidade de gestão constitui pressupostos da democracia que podem ser concretizados por meio do PPP estruturado coletivamente.

Ainda sobre a prática diária dentro do ambiente escolar, a questão é que devemos ter consciência para sabermos a qual referencial temos que recorrer para a compreensão de nossa prática pedagógica. Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola.

² Conforme Paz e Senhoras (2018), a análise das dimensões da gestão democrática escolar como ideia ou como matéria parte necessariamente dos parâmetros de autonomia escolar, participação dos sujeitos e projeto político pedagógico.



Para, além disso, nos mostra Freitas (1991, p. 23), que:

As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio chão da escola, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola.

Embora saiba-se que ainda hoje o que impera é a centralização do poder, precisa-se buscar a descentralização dentro do espaço institucional, uma vez que não é só o gestor, nem só o professor, nem só o aluno que devem participar do processo de elaboração democrática do PPP. A escola é uma unidade, não existe escola sem aluno, como também não existe escola sem professor, todos se completam, cada um com suas funções contribuindo para a dialética do crescimento global da instituição, e o PPP é, sem dúvida, a melhor estratégia para se alcançar tais objetivos.

Ainda sobre essa reflexão, Veiga (2001, p. 13) salienta que:

O Projeto Político Pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido, explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O Projeto Pedagógico, ao se constituírem processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia, permitindo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2001, p. 13).

Nesse sentido, consegue abstrair acerca da eficiente e importante ferramenta democrática educacional referente ao PPP, uma vez que nele estão os compromissos e acordos construídos coletivamente com a participação de todos os membros que compõem a comunidade escolar.

Ainda sobre essa perspectiva, a autora continua ratificando que o PPP:

Exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo (...) ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores (...) é, portanto, fruto de reflexão (VEIGA, 2001, p. 13).

Em suma, percebe-se o papel decisivo e norteador do PPP, porque, antes de tudo, tem o propósito de compreender as finalidades de cada unidade educacional, além de construir, com base em dados concretos, como avaliações, um norte, ou seja, traçar caminhos produtores e operacionais para a efetivação do processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da compreensão de que o objetivo principal desse artigo foi de analisar e discutir como se constitui o Projeto Político Pedagógico à luz das teorias de Gadotti (1994), Vasconcellos (2002) e



Veiga (1995; 2001; 2002), e entender qual a sua importância para efetivação da gestão democrática dentro do ambiente educacional. No decorrer do texto, penso que poderia ter sido ampliada as discussões utilizando-se desses autores. Ou seja, careceu de mais aprofundamento articulando-se com as políticas educacionais vigentes.

Assim, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que propicia a organização e a participação da comunidade escolar. Por meio de sua construção se busca, de forma coletiva e democrática, a discussão dos problemas da escola e suas possíveis soluções. Isso é imprescindível para que cada unidade escolar levante suas dificuldades e potencialidades, discuta seus problemas e procure soluções dentro de sua realidade.

Em sintonia com o pensamento de Vasconcellos (2002, p. 169), o Projeto Político Pedagógico “é o processo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”.

Portanto, o presente trabalho apontou que os estudos a respeito da elaboração e implementação do PPP e da construção da gestão democrática (penso que não é preciso ampliar isto no decorrer do texto, podendo-se discorrer ainda sobre o Grêmio Estadual e seu papel hoje diante da elaboração do PPP, assim como o Conselho Deliberativo e a APP, haja vista que não podem cessar no cotidiano escolar. Contudo, para o bem da qualidade do ensino as discussões acerca do PPP devem se tornar assunto diário na escola, com comprometimento. Não são assuntos diários? Como se pode afirmar isto? Talvez trazer alguns estudos recentes apontados na literatura para melhor fundamentar essa afirmação.

Por fim, é obrigação das unidades estudantis de se organizarem para que a sua elaboração, reelaboração, avaliação e reavaliação de forma consciente e garantir que seja efetivamente constituído por todos os membros que estão inseridos direta e indiretamente no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/09/2020.

FREITAS L. C. “Organização do trabalho pedagógico”. **Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação**. Novo Hamburgo: ANPED, 1991.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. Brasília: MEC/FNUAP, 1994.



PAZ, A. C. O.; SENHORAS, E. M. **Campo de Estudos sobre Gestão Democrática Escolar no Brasil.** Boa Vista: EdUFRR, 2018.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 2002.

VEIGA, I. P. A. (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. 3ª edição. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico:** Uma construção possível. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

VEIGA, I. P. A. (org) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 14ª edição. Campinas: Papyrus, 2002.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 4 | Nº 10 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima